
As frentes sindicais do interior e a Forgs na década de 30

*Beatriz Ana Loner**

Resumo: O artigo trata das relações entre a Forgs e as duas principais frentes sindicais do interior gaúcho nos anos 30, a Frente Sindicalista de Rio Grande e a Frente Sindicalista Pelotense, destacando as relações entre elas e a influência que os acontecimentos envolvendo a Forgs em Porto Alegre tiveram na evolução do movimento nessas cidades.

Palavras-chave: movimento sindical rio-grandense, sindicalismo, movimento operário.

Abstract: This article is about the relations between Forgs and the two main union forces of the back country of Rio Grande do Sul in the 30's, the Frente Sindicalista de Rio Grande and the Frente Sindicalista Pelotense, with emphasis in their relations and on the impact of the FORGS related events at Porto Alegre in the evolution of the movement on that cities.

Key words: rio-grandense trade unionism, trade unionism, labour and labouring classes.

Este artigo pretende discutir a conjuntura sindical na década de 30 no estado gaúcho,¹ focalizando as relações entre a Federação Operária do Estado do Rio Grande do Sul (Forgs) e as duas principais frentes do interior gaúcho: a Frente Sindicalista Pelotense e a Frente Sindicalista Rio-Grandina. Será feita a análise de sua interação e de como as crises da entidade central repercutiram no interior do estado. A disputa de posições com a Igreja Católica, que se fazia presente através dos Círculos Operários, e a politização do movimento, nas eleições de 1934, também serão analisadas.

* Professora-Adjunta no Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* loner@ufpel.edu.br

A década de 30 iniciou com as lideranças sindicais gaúchas, acreditando na política oficial do governo para os trabalhadores e participando ativamente de sua proposta de organização sindical, como ficou evidente na realização do Congresso Operário, em fevereiro de 1933, em Porto Alegre, no qual foi reorganizada a Forgs. Esse congresso contou com a participação de 51 associações operárias do estado, incluindo os 17 sindicatos já reconhecidos como oficiais pelo governo, dos quais quatro eram de Porto Alegre, igual número de Rio Grande e os nove restantes pertenciam ao Círculo Operário Pelotense. (MACHADO, 1983). Salienta-se que apenas esses sindicatos oficiais teriam direito a voto, o que deu muita relevância ao voto do único delegado pelotense, que, entretanto, agiu discretamente.

A nova Forgs pouco tinha em comum com a entidade homônima da República Velha, pois nasceu de sindicatos que estavam predispostos a aceitar a proposta de sindicalização do governo. Esse congresso teve claramente a influência de setores ministeriais,² os quais tentaram aprovar a criação de uma entidade política, a “Ação Trabalhista do Rio Grande do Sul”, que teria abrangência estadual, apoiaria o governo provisório e buscaria disputar as próximas eleições. No encontro, estavam representados três grandes grupos que teriam influência fundamental nessa década: a vertente dos ministerialistas, formada pelos partidários incondicionais das propostas do governo, alguns já vinculados a grupos trabalhistas e outros aos Círculos Operários em expansão; a vertente maior e mais expressiva, formada por aqueles que poderiam ser considerados como sindicalistas autônomos, ou seja, militantes sindicais sem uma definição política maior, alguns oriundos dos movimentos de antes de 1930, e outros que iniciavam sua militância; e o terceiro, e menor grupo, daqueles sindicalistas próximos ao Partido Comunista. Ao longo da década haverá um deslocamento de posições, ampliando-se a influência dos comunistas e constituindo-se grupos socialistas, especialmente a partir de posicionamentos individuais dos autônomos, embora aconteçam alguns casos de sindicalistas vinculados à Igreja e que cumpriram uma trajetória de radicalização no interior do movimento.

Todos eles moviam-se num terreno completamente novo, que era aquele da sindicalização consentida e orientada pelo governo, “oficial” como era chamada, e análise e avaliação, crítica ou entusiasmada, da ação governamental será a baliza que orientará, através da submissão ou negação, muitas de suas ações. Como resultado dessa travessia “em terra estranha”, várias novas experiências vão colocar à prova suas articulações,

pois, pelo menos até finais de 1934, os principais problemas sofridos pelo sindicalismo gaúcho estarão vinculados às suas divisões internas, mais do que a mão pesada da repressão, que, até então, abatia-se seletivamente sobre o movimento, visando especialmente a comunistas ou lideranças grevistas.

Pouco depois de sua criação, a Forgs sofreu o primeiro movimento de dissidência, a partir da formação da União dos Trabalhadores da Construção Civil (UTCC), formada por sindicalistas derrotados no Congresso e que tentaram formar outra federação operária, reunindo alguns sindicatos da capital e do interior. Estabelecido o confronto, a Forgs pediu ajuda às duas frentes mais importantes do interior, de Pelotas e Rio Grande, que foram chamadas a atuar como mediadoras,³ cumprindo a tarefa de unificar o movimento sindical porto-alegrense. Entretanto, essa unificação durou muito pouco tempo, pois logo os elementos vinculados à UTCC foram expulsos, retomando a Forgs a representatividade do conjunto do movimento sindical gaúcho.

Pelo exposto acima, fica evidente a importância das frentes do interior para a consolidação do movimento operário estadual. Mas a recíproca não foi verdadeira. Para entender as relações das frentes entre si, é necessário fazer uma recapitulação do desenvolvimento dessas centrais para depois analisar suas relações com a Forgs.

A evolução sindical em Rio Grande

Essa cidade concentrava um grande número de trabalhadores, e estava dividida entre o porto e a área industrial que, na década de 30, contava com frigoríficos, antigas tecelagens e outras grandes empresas diversificadas. Especialmente na região do porto, o pensamento anarquista deixou profundas marcas e, embora em declínio, ele continuou fazendo parte do substrato comum à cultura da cidade. Contudo, foi quase inexpressiva a atuação de grupos anarquistas nessa década, que só existiam em um ou dois sindicatos, vinculados ao porto, embora se expressassem em grupos teatrais ou de pensamento. A última chapa, com elementos anarquistas para a direção da importante Sociedade União Operária (SUO), concorreu em fins de 1931, perdendo por 84 *versus* 27 votos, numa votação surpreendente pela polarização, pois, votando-se nome a nome dos candidatos, era freqüente haver variações

individuais no número de votos, o que não ocorreu dessa vez. (Ata da Assembléia SUO, 27/11/1931).

A Frente Sindical Rio-Grandina sempre evoluiu à sombra da Sociedade União Operária, que era uma entidade referencial em termos do movimento operário rio-grandino. Quando havia alguma entidade central (normalmente criada a partir de sua influência ou apoio), ela se restringia a falar em nome do *povo* ou dos trabalhadores não-sindicalizados. Na ausência da mesma, ela assumia o papel de entidade operária central. Ela consolidou um espaço de representação classista na cidade com sua sede, local natural de reuniões e comícios e sede de inúmeros sindicatos. Além disso, auxiliava a organização político-partidária do operariado, através do apoio às variadas tentativas que surgiram naqueles anos: Bloco Operário Camponês, Liga Eleitoral Proletária, Frente Única Proletária e Frente Popular, além da União Democrática Nacional, compartilhando militantes comuns com elas. Mas isso trouxe alguns problemas, especialmente a setores da Frente Sindicalista, que possuía uma visão muito marcada pelo oficialismo, caracterizando uma relação tensa com os sindicatos.

A Igreja também esteve presente no movimento, dividindo-o, porém, num grau de atuação menor do que em Pelotas. O Círculo Operário Rio-Grandino (Corg) foi fundado em outubro de 1932, assumindo uma proposta assistencialista, que incluía a criação de um restaurante proletário, que também fornecia viandas para famílias. (A PALAVRA, 27/11/1932). Embora com atuação de menor impacto no movimento sindical, o Corg teve a vantagem de contar com uma grande liderança, Carlos Santos, fundador do Sindicato dos Metalúrgicos e deputado classista estadual. Muito vinculadas ao governo, pessoas ligadas ao Corg denunciaram militantes vinculados à SUO como comunistas, provocando o fechamento temporário dessa entidade em 1935.

A Frente Sindical de Rio Grande ou Frente Sindical Cidade de Rio Grande (FSRG) foi fundada em 16 de outubro de 1932, congregando a SUO e os sindicatos dos seguintes trabalhadores: gráficos, pedreiros, carpinteiros, charuteiros, metalúrgicos, do Porto e da Barra, magarefes, padeiros, estivadores, tecelãs, calçaditas, após ingressando os comerciários. Em meados de 1933, ela afirmava reunir 14 sindicatos, com 6.200 sócios. (Ata 32 da FSRG, de 23/6/1933). Sua atuação procurava não esquecer as reivindicações mais abrangentes dos trabalhadores, incluindo aquelas referentes às condições de vida, higiene e urbanização, além do salário.

A Frente tirava sua força do fato de congregar o conjunto das forças sindicais da cidade, com exceção de algumas entidades do porto, por terem representação nacional, e dos bancários, sindicato que não se considerava incluído na classe operária. Porém, os fatores de sua força foram também a causa de seu declínio. Ao consultar o livro de atas da Frente Sindicalista de Rio Grande, pôde-se aquilatar o quanto era difícil levar um trabalho conjunto, de coordenação das diferentes visões e correntes expressas entre os sindicalistas, o que era intensificado quando se exigia uma definição com implicações políticas. Isso a paralisava e terminou provocando seu desaparecimento. Quando do conflito entre a Forgs e o agente do MTIC Ernani de Oliveira, a Frente não conseguiu tirar nem uma moção de apoio à entidade. Também não conseguiram posicionar-se com relação à atuação do deputado classista na Constituinte Edmar Carvalho, do Sindicato dos Comerciários de Rio Grande que, se para alguns foi satisfatória, para o grupo mais radical foi extremamente comprometedora. Na questão da aplicação das leis sindicais, embora a maioria considerasse que não eram cumpridas, sempre havia um sindicato a considerar sua execução satisfatória, o que impedia qualquer pronunciamento a respeito. A situação da Forgs, em fins de 1933, lhes parecia extremamente confusa e vai constituir um fator de desestabilização interna, não adiantando contorná-la através do expediente de esperar as decisões do próximo congresso sobre o assunto.

Estavam representadas na FSRG as diversas correntes sindicais existentes na cidade. As idéias comunistas eram veiculadas, especialmente por José Pinho, do Sindicato dos Charuteiros e da direção da SUO, e por Gervásio Dias, diretor do jornal *Evolução*. Mas, dentro da Frente também estava representado o Corg, através de Carlos Santos. Grupos inclinados à colaborar com o governo, como os delegados dos comerciários, também estavam presentes, conseguindo barrar qualquer proposta um pouco mais radical que fosse aventada. Dentro desse conjunto polimorfo, não adiantava o esforço solitário de alguns, pois o que fosse aprovado numa reunião, estava sujeito a ser anulado na próxima. Assim, a Frente foi desgastando-se durante o ano de 1933 e perdendo seu rumo. A crise final, precipitada pela renúncia de sua diretoria, evidenciou os problemas enfrentados.

Na voz de seu presidente, sua renúncia deveu-se

à falta de solidariedade absoluta dos operários; mentiras e intrigas de ambos os lados; discussão de assuntos estéreis; impossibilidade de fundar um jornal e uma escola; falta de meios para o trabalho; escassez absoluta de elementos que o acompanhem e por fim e mais importante: não continuará na presidência para não adaptar-se ao meio estacionário em que está submergida a Frente Sindicalista. (Ata 61, 19/1/1934).

Solidariamente, os dois secretários: Carlos Santos e Pedro Abreu renunciaram. Na mesma reunião, já tinha havido nova (a 3ª) renúncia de José Pinho, segundo-tesoureiro, motivada por acusações contra a SUO.⁴ Mesmo a ata, normalmente, um bom meio de esconder, mais do que esclarecer fatos, consegue refletir o clima da reunião, pois os assuntos se entrecruzaram, discutindo-se, *ao mesmo tempo*, a renúncia do presidente, o protesto de Pinho contra o deputado Edmar Carvalho e a questão com a SUO, sem que a reunião conseguisse solucioná-los. Atente-se para quem estava pedindo demissão: não se tem dados sobre seu presidente Rotílio de Setta, mas Pedro Hohman de Abreu era dos gráficos, um sindicato de linha proletária; Carlos Santos estava ligado ao Corg, e José Pinho, ao grupo comunista. Simbolicamente, os quatro demitiram-se ao mesmo tempo, provando que a própria Frente não tinha mais razões para subsistir, pois nenhum dos vários grupos conseguia ter uma participação satisfatória.

Essa reunião, acontecida em janeiro de 1934, marcou o fim da Frente, pois outra reunião para eleger nova diretoria só aconteceu em meados de março. A nova direção não conseguiu reerguê-la, e ela desapareceu em abril, não conseguindo enviar delegados ao congresso daquele ano, sendo Rio Grande nele representada pelo sindicato dos Trabalhadores em Porto e Barra, Panificadores e pela SUO, a qual se filiou à Forgs, assumindo, às claras, o papel que sempre considerou seu, ou seja, o de representante do proletariado rio-grandino.

A partir de então, Rio Grande conheceu uma série de tentativas malogradas de estabelecimento de novas entidades centrais, que nunca vingaram, exatamente pelos mesmos motivos que tinham provocado o fim da Frente: a impossibilidade de trabalho comum entre as diversas correntes sindicais.

A disputa acirrada em Pelotas

Na década de 30, Pelotas viu constituírem-se cerca de três dezenas de sindicatos, vários deles atuantes e desenvolveu, no período de 1930-1937, três entidades centrais, a Frente Sindicalista Pelotense (FSP), o Círculo Operário Pelotense (COP) e a União Sindical de Empregados Pelotenses (Usep), além de haver a permanência de entidades legadas pelo passado, como a União Operária e a Liga Operária, ambas, entretanto, sem atuação no movimento. Com relação à Liga Operária,⁵ dona de uma excelente sede no centro da cidade, houve o desgastante episódio da prisão de seus integrantes, remanescentes da corrente anarquista em agosto de 1933, por iniciativa dos sindicalistas da FSP, que entraram com processo judicial pela posse da sede e terminaram denunciando-os ao prefeito, como elementos que se intrometiam na organização sindical. Por isso, foram presos por poucos dias.

O Círculo Operário Pelotense (COP) surgiu em fins de 1931, como uma proposta da Igreja Católica para aproximar-se mais dos trabalhadores e combater o comunismo, aproveitando-se do estímulo representado pela interferência governamental no antes espinhoso terreno da representação sindical. Pelotas foi a primeira cidade a sentir sua atuação, e o COP serviu de modelo para os círculos posteriores. Ele oferecia aos operários: instrução e cultura; fundação de instituições beneficentes (caixas mortuária e econômica); assistência médica e jurídica e a criação de agência de colocações para emprego. Sua direção era composta, quase exclusivamente, por representantes religiosos e das classes patronais da cidade. Para os sindicatos, garantia-se sede, secretaria e assessoria jurídica. Dentro dessa estrutura, os sindicatos tinham pouca independência, sendo submissos à orientação do COP. (BARRETO, 1995, p. 85). Sua organização estava sob o controle da Igreja, por meio da figura do assistente eclesiástico; na verdade, o verdadeiro orientador dos trabalhos do círculo, pois concentrava boa parte do poder em suas mãos. Gozando do beneplácito do governo, que inicialmente desconfiava dele, mas depois o tomou como aliado, os Círculos Operários cresceram rapidamente, espalhando-se por outras cidades, inclusive em Porto Alegre.⁶

Em janeiro de 1933, o COP conquistou uma grande vitória sobre a Frente Sindicalista, com o reconhecimento do Ministério a nove de seus dez sindicatos filiados: de chapeleiros; carpinteiros; empregados em farmácias e drogarias; farinheiros; motorneiros; pedreiros; pintores em construção civil; trabalhadores em curtumes, trabalhadores em

laticínios. A notícia, vazando um mês antes da assinatura do decreto, motivou grande festa por parte do COP, dentro de sua estratégia de confronto com a Frente Sindicalista, ficando posteriormente as cartas sindicais expostas em vitrina de loja central da cidade. Contudo, embora saindo na frente e se consolidando organizacionalmente na cidade, sua proposta não conseguiu concorrer com aquela da Frente Sindicalista, pois tinha óbvias limitações no que dizia respeito ao apoio às lutas e mobilizações operárias, especialmente quando em confronto com o governo e empresariado.

A Frente Sindicalista de Pelotas, ou Pelotense (FSP) nasceu em agosto de 1932, sendo instalada com seis sindicatos em 16/8/1932, tendo João Miguel Vitaca, do sindicato gráfico, como secretário. Na sua segunda reunião, compareceu um representante do MTIC para explicar os benefícios advindos das leis sociais, o que se coadunava com seu objetivo de defender e organizar as classes de acordo com o Decreto 19.970. Contudo, ela não subordinava a participação dos sindicatos ao reconhecimento pelo Ministério, aceitando sindicatos não-reconhecidos. Seu regimento concedia ampla autonomia aos sindicatos, “cabendo à FSP tomar apenas conhecimentos dos recursos que lhe forem interpostos” (LIBERTADOR, 15/12/1932), quando então ela os julgaria e deveria contar com o acatamento dos sindicatos. Como no início havia uma enorme expectativa com relação às leis sindicais, houve reuniões da Frente que contaram com mais de seiscentas pessoas, mas o entusiasmo progressivamente decresceu, pela constatação feita, tanto na base como na cúpula do movimento, de que as leis sindicais não eram feitas para serem cumpridas.

A relação dos sindicatos filiados, em abril de 1933, compreendia gráficos, padeiros, alfaiates, pedreiros, estivadores, marceneiros e carpinteiros, marítimos, sapateiros, graniteiros, tecelões, metalúrgicos, trabalhadores em barracas e em fábricas de bebidas, “chauffeurs”, jornaleiros, magarefes, garçons,⁷ num total de 17. Mais adiante, congregou trabalhadores em fábricas de sabão e velas, trabalhadores em café e fumos, além de acolher os ceramistas e chapeleiros, que, em março de 1934, pediram filiação à Frente, desligando-se do COP.

Ocorreu a existência de duplicidade sindical dentro da FSP quando houve o reconhecimento oficial de sindicatos ligados ao COP, cujas categorias também estavam constituídas na Frente, como no caso do sindicato dos pedreiros e aquele dos carpinteiros e marceneiros⁸ que continuaram a existir, em parte porque ainda estava presente a ilusão de

que o reconhecimento aos sindicatos do COP poderia ser revisto, devido às irregularidades que continha. A presença desses sindicatos livres no interior da FSP pôde levar à conclusão de que ela não se pautava estritamente pelas leis sindicais, embora disso fizesse públicas e reiteradas afirmações. Contudo, também pôde considerar-se que houve uma evolução no pensamento de seus dirigentes, baseado em questões concretas internas e na progressiva desilusão com a atuação do Ministério. O artigo 3º de seu regulamento interno apenas regulava que faziam parte do seu Conselho Deliberativo um representante de cada sindicato organizado, não falando na obrigatoriedade do reconhecimento do Ministério.

O clima de rivalidade entre ela e o COP instalou-se desde cedo e foi marcado por muitos lances desleais e pela difusão de boatos, pois o COP nunca deixou de denunciar a atuação de entidades, ou de pessoas que se interpunham em seu caminho, ao Ministério do Trabalho, freqüentemente colocando seus opositores como subversivos e comunistas. Dessa forma, a Frente Sindicalista teve que defender-se nos jornais de acusações a ela imputadas, praticamente desde sua fundação.⁹ Mas a Frente também sabia atacar e, depois do episódio do reconhecimento dos sindicatos do COP, em detrimento dos seus, encaminhou, através do Departamento Nacional do Trabalho, longo protesto ao ministro contra o círculo, no qual o acusava de várias irregularidades e de prejudicar a ação sindical no município. Argumentava que este fora fundado por padres, capitalistas e até por militares, não possuindo na sua diretoria um só operário. (LIBERTADOR, 15/12/1932). Essa denúncia contra o COP foi repetida no Congresso Operário de fevereiro de 1933, em Porto Alegre.

Na verdade, a Frente Sindicalista e o COP disputavam a legitimidade da representação operária. Pelas leis sindicais, essa legitimidade estaria ao lado da FSP, mas os relacionamentos, o jogo de bastidores e a imensa influência da Igreja Católica terminavam empurrando a balança para o outro lado. A principal disputa deu-se logo no início, em torno do reconhecimento dos sindicatos, com o COP utilizando o reconhecimento como uma espécie de aval do MTIC ao trabalho do círculo.

Mas, apesar da proximidade entre COP e Ministério, a Frente conseguiu transformar-se na entidade sindical mais poderosa da cidade no decorrer dos anos de 1933 e 1934, o que era notado, inclusive, em termos numéricos. Em novembro de 1933, a FSP dizia ter 18 sindicatos

reconhecidos oficialmente pelo MTIC,¹⁰ enquanto o COP, em janeiro de 1934, apresentava o mesmo número, ou seja, 11 sindicatos de janeiro de 1933. Dos 16 sindicatos que compuseram a representação da FSP no congresso de 1933, 10 continuavam sendo representados por ela no congresso de 34, acrescentando-se mais seis, e alguns dos antigos que continuavam filiados, não indo ao Congresso por motivos diversos.

Singularmente, houve uma tentativa de articulação comum entre COP e FSP, em vésperas do Primeiro de Maio de 1933. A partir de abril de 1933, o COP e a Frente Sindicalista tentaram um entendimento, ocorrendo uma reunião da Frente com a presença de seus 18 sindicatos filiados e com a representação de dois sindicatos filiados ao COP, dos chapeleiros e trabalhadores em laticínios. Dessa reunião, surgiu a proposta de atividade conjunta no Primeiro de Maio, que constaria de passeata e entrega de manifesto ao prefeito sobre a situação das classes proletárias (DIÁRIO POPULAR, 13/4/1933), que terminou não ocorrendo. Houve também pelo menos um acordo em comum entre sindicatos vinculados a um e a outro grupo, os representantes da categoria dos carpinteiros e marceneiros, com os dois sindicatos convidando para uma reunião conjunta em fins de abril de 1934 (DL, 30/4/1934), da qual deve ter saído sua fusão, pois, em maio, surgiu uma diretoria mista, com o presidente sendo oriundo de uma entidade e o secretário-geral de outra, entre outros nomes comuns. (OPINIÃO PÚBLICA, 17/5/1934). Contudo, essas tentativas de trabalho comum não prosperaram, em grande parte, devido à intransigência dos religiosos.

Assim, a Frente Sindicalista Pelotense entrou no ano de 1934 fortalecida e com seu quadro de sócios aumentado, mesmo com a criação de uma “União Sindical” em janeiro, na tentativa do COP de criar uma entidade exclusivamente sindical para contrabalançar o peso da FSP. Contudo, criada no círculo e pelo círculo, a União Sindical não conseguiu desvincular-se do ranço dos padres, não atraindo os demais sindicatos não-filiados ao COP.

Mas tudo isso vai mudar, rápida e drasticamente, a partir dos acontecimentos envolvendo a Forgs em 1934. Portanto, vai-se agora analisar o que ocorreu na capital, para depois analisar suas repercussões no interior.

A evolução da Forgs

Poucos meses após o Congresso de 1933, em episódio que envolveu a mobilização dos padeiros pela regulamentação da jornada de trabalho, a Forgs rompeu com o inspetor regional do Trabalho, denunciando-o como inepto, por não fazer cumprir as leis, perseguindo os operários e protegendo os patrões. Recebeu, nesse momento, a solidariedade de várias entidades sindicais do estado, inclusive do COP. O conflito dos padeiros radicalizou-se em greve, de novembro de 1933 a março de 1934, sendo a questão solucionada quando da vinda do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

O desdobramento desse confronto amadureceu a visão dos sindicalistas gaúchos em relação aos problemas da sindicalização oficial e, em assembléia da Forgs (em novembro de 1933), a entidade optou pela livre-sindicalização, orientando os sindicatos a devolverem suas cartas ao Ministério. (MACHADO, 1983). Somente o COP protestou publicamente contra essa posição, dizendo manter a esperança de que as leis sindicais fossem cumpridas. Isso, por sua vez, provocou a reação do presidente da Forgs, negando ao círculo o direito de representar os operários de Pelotas. (OPINIÃO PÚBLICA, 29/12/1933). A brecha entre ambas as entidades se tornou ainda maior quando os círculos se estabeleceram em Porto Alegre. (BARRETO, 1996).

No congresso de maio de 1934, a posição da diretoria da Forgs foi praticamente referendada pelos delegados presentes, criticando-se a atuação da Inspetoria Regional do Trabalho e ficando deliberado não recorrer-se ao MTIC ou à inspetoria até o próximo congresso, em protesto pela sua atuação. Além disso, foi votada extensa pauta de reivindicações e aprovada a formação de um “Comitê Único de Ação”, o qual deveria unificar a ação na luta, não só sindical, mas também política. Em julho, a Forgs esteve envolvida na criação da Liga Eleitoral Proletária (LEP), entidade formada para disputar as eleições de outubro de 1934, com influência comunista. Entretanto, as dificuldades de articulação dos grupos de esquerda mais conseqüentes entre o movimento sindical, levando à formação do Partido Socialista Proletário do Brasil, dividindo-se o voto operário. Após as eleições, o fracasso eleitoral e as conseqüências da divisão terminaram afetando a atuação da Forgs, que praticamente deixou de ter influência estadual. (MACHADO, 1983).

Esses acontecimentos repercutiram profundamente nas frentes interioranas, pois o assunto Forgs sempre foi meio espinhoso para ambas,

já que também nessas cidades havia sindicalistas cujo pensamento se inseria naquele das correntes em disputa na capital e, assim, uma tomada frontal de posição, em relação a um dos grupos, implicaria descontentamentos internos, dos quais ambas procuravam fugir.

A federação estadual que elas tinham em mente era diversa da existente. Já em dezembro de 1932 as duas entidades interioranas estavam empenhadas na criação de uma entidade central, que concentrasse os esforços regionais, propondo uma reunião conjunta em Rio Grande. Isso foi precedido da publicação de um manifesto da Frente da Cidade de Rio Grande, conclamando o operariado gaúcho a fundar a Frente Sindicalista do Rio Grande do Sul e consignando-lhe os principais pontos de programa, mais amplos que os posteriormente acatados pela Forgs, na medida em que a sindicalização era reduzida a apenas um dos pontos, não se posicionava em relação às leis sindicais, sequer nomeando-as e advogava o “alheamento completo a todo partido político que vise [ao] interesse de ordem pessoal ou partidária, que em nada venha interessar ou favorecer a classe operária”. (O PROLETÁRIO, 29/12/1932).

Dentro dos preparativos para esse encontro, mandaram um enviado a Porto Alegre para que o operariado da capital se fizesse “representar no grande conclave operário que se realizará na cidade de Rio Grande, por ocasião da ida de caravana local, em 15 do corrente e para quando se projeta a fundação da Frente Sindicalista do Estado do Rio Grande do Sul”. (OPINIÃO PÚBLICA, 3/1/1933). Atendendo ao convite, Tácito Ferreira, do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras de Porto Alegre se fez presente, representando a Frente Sindicalista Porto-Alegrense, enquanto de Pelotas seguiram a Rio Grande 74 sindicalistas, denotando a importância que pretendiam dar ao evento. Naquela cidade, discutiu-se a necessidade da formação de uma entidade central estadual, objetivo maior da reunião e depois realizou-se sessão preliminar para o Congresso Operário de Porto Alegre, ficando assentados os pontos e as teses a serem discutidos. (OPINIÃO PÚBLICA, 19/1/1933).

A proposta das Frentes do interior não recebeu a atenção dos pesquisadores que se debruçaram sobre a criação da Forgs. Machado (1983) deu um caráter apenas local e governamental para as articulações envolvendo sua fundação. Barreto (1996), embora reconhecendo a existência do manifesto da FSRG em dezembro, não aprofunda o tema e prefere seguir Lucas (1978), quando coloca a fundação da Forgs como precedida da fundação de uma Federação Operária do Rio Grande do Sul em julho, a qual enviou telegrama ao Ministério, anunciando uma

diretoria provisória, que seria oficializada em congresso de janeiro de 1933. Por estar além dos objetivos da pesquisa, não foi possível averiguar o que representava essa entidade de julho, mas há dados para se afirmar que não foi reconhecida pelas duas Frentes em apreço. Não só porque estavam empenhadas na criação da Forgs em dezembro, agindo como se nada existisse nesse terreno, mas também porque a FSP se considerava *a primeira* Frente criada no estado, e isso aconteceu em agosto de 1932:

O manifesto que a Frente Sindicalista da cidade de Rio Grande acaba de dirigir ao proletariado, veio pôr em foco a criação da mais alta entidade representativa das classes trabalhadoras do Rio Grande do Sul. O operariado pelotense, que foi o iniciador da organização das Frentes Sindicalistas, diante deste surto alviçareiro [sic], não pode ficar estático, não pode e nem deve deixar de apoiar a idéia dos nossos companheiros rio-grandinos que vislumbram na organização geral do proletariado o início da subida íngreme ao ápice do progresso operário. (O PROLETÁRIO, 13/12/1932).

Todos os dados apontam para a hipótese de que as duas Frentes estariam tentando criar a entidade estadual de forma mais independente do MTIC, do que ocorreu no congresso de fevereiro em Porto Alegre. A escolha de Rio Grande como local do evento deveu-se ao entendimento de que essa cidade contava com superior potencial de mobilização, e sua indicação pelos pelotenses fecharia a posição do segundo pólo mais importante do movimento operário do RS, contrapondo-se a Porto Alegre, cidade em que não possuíam familiaridade com o movimento. A iniciativa de mandar emissário à capital foi, provavelmente, parte do projeto de contraposição às articulações ministerialistas. Mas seus resultados foram tímidos, pois apenas Tácito Ferreira participou, representando a Frente Sindicalista de Porto Alegre, e não se sabe qual foi sua posição no encontro em Rio Grande.

A ida de 74 militantes de Pelotas a Rio Grande, na reunião do dia 15, representou um grande esforço mobilizatório e financeiro, mas a criação da entidade estadual não foi ousada. Talvez se tenham intimidado com a pequena presença de elementos de outras cidades, ficando a reunião praticamente restrita a Pelotas e Rio Grande, também tendo pesado a constatação de que seria difícil manter uma federação estadual não-situada na capital do estado.

Já no congresso de 1933, as duas Frentes formaram, junto com a maioria absoluta dos delegados do interior, no combate à proposta de formação da Ação Trabalhista, como braço político de apoio ao governo provisório. (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 123). A Frente Rio-Grandina apresentou teses visando à fiscalização das leis sociais em vigor e ao cumprimento integral das mesmas pelo governo estadual; interferência do governo no sentido de inibir o aumento de preços de gêneros; barateamento dos aluguéis e, por fim, incentivo à sindicalização. Essas teses foram colocadas no momento da discussão sobre o tema da Ação Trabalhista e significaram sua posição de acionar o estado na resolução de problemas sociais. A participação da entidade pelotense também foi significativa, pois teve aceito seu protesto contra o COP, marcando o primeiro dia de reunião. No segundo, quando foi discutida a criação da Ação Trabalhista, subscreveram, juntamente com Rio Grande, as teses de Ângelo Plastina, delegado ao congresso por D. Pedrito:

[...] por julgá-las coerentes e consentâneas com a formação de um futuro partido proletário, com bases econômicas, pois fora da política econômica não se salvagam os interesses do povo em geral, partido esse independente ou não da interferência da Ação Trabalhista, o que se decide quando oportuno. (OPINIÃO PÚBLICA, 10/2/1933).

Sua posição no congresso e a subscrição de propostas com influência da vertente comunista, entretanto, não significam adesão a essa corrente. No episódio a seguir, da disputa com a UTCC, quando a Forgs pede o apoio às Frentes do interior, a FSP divulgou manifesto em que se omitia do apoio a qualquer uma das duas entidades, criticando a disputa e pregando a união do operariado. (DIÁRIO POPULAR, 23/4/1933). Essa posição, que lhe será cobrada mais tarde, provavelmente foi influenciada pelo fato de estar, naquele momento, tentando desenvolver uma atuação em conjunto com os sindicatos do círculo.

Quando surgiu a nova orientação da Forgs,¹¹ em dezembro de 1933, baseada no rompimento com os agentes regionais do MTIC e na proposta de sindicalização livre, ela provocou problemas internos, forçando a vinda à região de Policarpo Machado, secretário-geral da Forgs. (OPINIÃO PÚBLICA, 15/12/1933), mas não apareceram indícios de um posicionamento das entidades a respeito. A proposta de sindicalização livre, trazida pela Forgs, em fins de 1933, atraiu alguns sindicalistas da

FSP, pois se nota, no jornal *O Proletário*, e em comunicações da Frente, um interesse na discussão dessa proposta, que, entretanto, não se consolidou efetivamente.

Quanto às repercussões dessa posição da Forgs no interior das Frentes, pôde-se acompanhar esse processo, em parte, através das atas da Frente Sindicalista de Rio Grande. A Frente de Rio Grande reunia-se semanalmente e, dentre os assuntos debatidos, costumavam-se encontrar referências aos acontecimentos da capital do estado. Assim, em 19/12/1933, informou-se que o caso das padarias estava na ordem do dia em Porto Alegre. Na ata seguinte, de 27/12/1933, receberam ofício da Frente de Pelotas, afirmando que os casos referentes à Forgs seriam solucionados em congresso, devido à confusão reinante. Decidiram, então, reunir-se com a Frente de Pelotas, para acertar pontos de vista, enviando cópia de sua resolução a Ângelo Plastina. Também pensaram em enviar emissário a outras cidades do interior, para discussão, mas houve impossibilidade individual da pessoa escolhida. Na mesma sessão, José Pinho apresentou uma petição, cujo conteúdo não foi esclarecido, mas que não foi levada em consideração, “devido à falta de provas e em virtude de confusão já estabelecida pelo secretário da federação, quando afirmou que a Frente de Rio Grande lhe dava seu apoio, o que não é verdade”. Na Ata 60, de 12/1/1934, informa-se que a Federação Operária prometeu enviar relatório, suspendendo-se ofício já assinado pelas duas Frentes até recebê-lo. Mas, ainda nessa reunião, estabeleceu-se profunda discussão entre os sindicalistas sobre o cumprimento das leis sociais. Por fim, em 19/1/1934, a Frente entrou em crise, demitindo sua direção, sinalizando seu fim.

Torna-se evidente, pelo resumo acima, a preocupação da Frente Rio-Grandina com o contexto estadual, que era a mesma preocupação da Frente de Pelotas. Além disso, pôde-se detectar um dos efeitos mais perversos provocados pela crise estadual sobre uma Frente do interior, que foi a sua dissolução, pela impossibilidade de gerenciar os conflitos internos, agravados a partir da crise estadual.

Por outro lado, essas duas frentes pareciam mais dispostas a aproveitar todas as brechas disponíveis da legislação sindical do que a Forgs. Enquanto eram poucos os sindicatos porto-alegrenses a participar das eleições de deputação classista, Pelotas e Rio Grande se preocupavam em qualificar cada vez mais sua participação. Em agosto de 1933, propuseram a realização de um congresso trabalhista em Rio Grande, para sindicatos reconhecidos e em vias de reconhecimento, para o qual

seriam convidados deputados trabalhistas recentemente eleitos. Ocorreu, posteriormente, uma reunião conjunta da FSP, FSRG e do deputado Edmar Carvalho, com representante do Ministério do Trabalho (Ata 43, 1/9/1933). Isso era fruto da preocupação comum das duas Frentes com a questão da representação classista. Não por acaso foram as duas cidades que mantiveram o maior número de delegados eleitores, como também era Pelotas a cidade gaúcha com o maior número de sindicatos reconhecidos em 1934.

A vinda do ministro do Trabalho a Pelotas serviu para acentuar a desilusão dos sindicalistas mais conscientes com a atuação do Ministério. No momento da visita, em março de 1934, havia uma série de problemas acumulados entre sindicatos e patrões, tanto em Pelotas quanto em Rio Grande e Porto Alegre, muitos dos quais se arrastavam há meses, sem solução. Sua vinda foi promovida por representantes dos patrões e pelos Sindicatos dos Bancários e Comerciais, não-filiados a nenhuma entidade central, e o cronograma de sua recepção privilegiou visitas a esses setores e ao círculo, com muitos banquetes e discursos. O ministro Salgado Filho recebeu homenagens do COP e da recém-criada União Sindical (OPINIÃO PÚBLICA, 7/3/1934), em festa repleta de flores, bandas e discursos oficiais, mas sem que houvesse possibilidade de manifestação dos presidentes dos sindicatos. Quanto à FSP, essa foi visitada pelo ministro, porém ele apenas permitiu que lhe fosse feita uma saudação pelos sindicalistas, saindo imediatamente e não ouvindo os dois discursos,¹² em que esses haviam inserido suas considerações e queixas, sobre o cumprimento da legislação trabalhista na cidade. O fato foi muito comentado pelos membros da FSP, provavelmente servindo para que se posicionassem, no congresso de maio de 1934, em favor da proposta de não solicitar a intermediação do Ministério em suas questões com os patrões.

Na segunda metade de 1934, a FSP entrou em crise, provocada pela evolução da campanha eleitoral daquele ano, que logo se imbricou com questões sindicais no interior da FSP.

Para melhor entendimento, é necessário aclarar que concorreram, disputando o voto operário, a Liga Eleitoral Proletária (LEP), apoiada pela direção da Forgs e com influência comunista, que vai ter entre seus candidatos: Ângelo Plastina, José Pinho e Agostinho Claro de Carvalho. Enquanto isso, o grupo de sindicalistas autônomos, com base em Pelotas, capitaneado por Vitaca, que havia sido deputado classista e queria concorrer à deputação federal, participou do Partido Socialista Proletário

do Brasil¹³ e lançou a chapa “Trabalhador, ocupa o teu posto” com 8 candidatos em todo o estado, sendo 5 pelotenses. Houve uma tentativa de aliança entre esses dois grupos, inclusive com a realização de dois comícios conjuntos, mas que fracassou na última hora, ao que tudo indica, por desacordos quanto à formação da chapa comum, com acusações de que a LEP teria inchado a nominata de candidatos, inclusive com nomes não-proletários. (ALVORADA, 7/10/1934).

Por outro lado, na mesma época, estava percorrendo o estado uma caravana com sindicalistas vinculados ao Ministério, que faziam duras críticas à Forgs, na tentativa de deslegitimá-la e formar nova central sindical. Para combatê-la, a Forgs organizou uma caravana classista, que também percorreu as mesmas cidades que a primeira, mas que vinha acoplada à propaganda da LEP, tensionando ainda mais as relações entre os sindicalistas interioranos.

Em Pelotas, houve uma cisão entre o grupo autônomo da Frente e o grupo comunista, o qual aparecia agora mais claramente no movimento. No manifesto de lançamento da LEP, em Porto Alegre, Vitaca, secretário da Frente e candidato à deputação federal pelo Partido Socialista Proletário Brasileiro (PSPB) foi rudemente atacado, posição repetida em comícios e conferências promovidos pela caravana da LEP, que percorreu Rio Grande e Pelotas. (A EVOLUÇÃO, 19/8/1934). Por sua vez, o grupo de sindicalistas autônomos não deu apoio à vinda da caravana da LEP à Pelotas,¹⁴ e Agostinho de Carvalho teve que assumir sozinho a defesa da Forgs contra os sindicalistas da caravana ministerialista, por ser delegado dessa agremiação.

Nesse contexto, torna-se compreensível a declaração do Sindicato Gráfico de Pelotas, de que “não ofereceu, não deu e não dará apoio, solidariedade ou mesmo se filiara a entidades, tanto locais como estaduais, que não se enquadrem em seus estatutos e estejam amparados pela nossa legislação social”. (OPINIÃO PÚBLICA, 15/9/1934), pois não só Vitaca era líder desse sindicato, mas vários militantes gráficos estavam na organização do PSPB, também criticado pela LEP. Ressalte-se que esse sindicato participou do congresso de maio de 1934 e, pelos seus representantes, votou favoravelmente à resolução de não socorrer-se mais com o MTIC e a inspetoria até o próximo congresso. Mas, ao cabo de um processo polêmico de reorientação da central estadual sindical, ao mesmo tempo em que uma disputa eleitoral dividia as bases da Frente na cidade, é provável que a atuação segundo os princípios do congresso de maio, fosse interpretada como um apoio ao PCB e à LEP.

Após as eleições, o fracionamento foi a norma, tanto em termos políticos quanto sindicais, com resultados desastrosos. A LEP continuou constituída, e o grupo a ela vinculado tentou incrementar sua formação, fracassando entretanto. A União Sindical, criada pelo círculo, vegetou até fins de 1935, quando ganhou alento com a incorporação de sindicatos pertencentes à extinta Frente, transformando-se na União Sindical de Empregados de Pelotas (Usep). Em janeiro de 1935 foi criada, na cidade, a Frente Única Proletária (FUP), tentativa de implementação dos comitês únicos de ação propostos pela Forgs no congresso de 1934 e que também fracassou. O ano de 1935 ainda contempla a organização da Aliança Nacional Libertadora na cidade e, em 1937, houve a tentativa de formação de um partido socialista com participação de sindicalistas, com o bizarro nome de União Democrática Nacional.

Quanto às causas do fim da FSP, alguns defendem que sua extinção ocorreu por não ter conseguido o reconhecimento oficial, posição de um ex-militante Rodolpho Xavier, o qual destaca que a Frente perdeu a disputa pelo reconhecimento com o COP e então se desfez.¹⁵ Se verdadeira a versão acima, implicaria que a Frente declinasse rapidamente, a partir desse processo. Mas, como se viu, a Frente demonstrou sinais de profunda vitalidade durante o ano de 1933 e mesmo de 1934, com capacidade de articulação interna e propostas para o movimento, além de possuir um número crescente de sindicatos filiados. Barreto (1995) inicialmente, levantou a idéia de que o fim da FSP estaria no seu não-reconhecimento pelo MTIC, mas depois se inclinou à posição de que seu desaparecimento foi provocado pela nova legislação sindical (Decreto 24.694), que terminou com a unicidade sindical ou por divergências entre as agremiações que a compunham. (BARRETO; SANTOS, 1997).

A pesquisa demonstrou que as relações da FSP com o Ministério nunca foram cortadas. Fortes (1997) afirma que a FSP não foi recebida pelo ministro do Trabalho em sua visita a Pelotas, mas *O Proletário* (10/3/1934) noticiou a visita do ministro à Frente, embora enfatizando sua brevidade. Quanto a outros possíveis fatores, como perda de prestígio e de elementos em prol da União Sindical, não é um motivo referendável pela pesquisa, pois a União Sindical só ganhou espaço como central operária em 1935, fortalecida pela entrada dos sindicatos pertencentes a outras correntes, entre elas aqueles da extinta FSP, tendo uma existência apenas nominal anteriormente. Houve problemas de desgaste na relação com sindicatos, como em relação ao Sindicato dos Alfaiates, que afastou temporariamente sua representação da Frente em dezembro de 1933,

devido a problemas com os “camaradas da Frente”. O fato de ter que alugar sede também trouxe problemas com os sindicatos filiados, devido à exigência da cobrança de mensalidade.

Mas tudo indica que foram os problemas vinculados a disputas políticas eleitorais para as eleições de 1934, aliados à radicalização da posição da Forgs, o fator de dissolução da FSP, porque acentuou o processo de divisão interna da entidade que, nesse momento, contava com um grupo mais antigo de sindicalistas e com um grupo de apoiadores do PCB. As rivalidades evidenciaram-se nas disputas eleitorais, com cenas de ataques pessoais. Não é difícil supor que, após a perda eleitoral dos dois grupos, as cobranças e rivalidades, de parte a parte, tenham impossibilitado o trabalho conjunto, provocando o fim da entidade. Além disso, uma perda eleitoral nessas proporções freqüentemente provoca desânimo, mesmo nos militantes mais aguerridos e pode ter levado alguns a se retirarem da militância sindical. A coincidência de datas entre o desenvolvimento das eleições e as últimas notícias sobre a FSP coletadas em jornais (novembro de 1934) fortalecem essa hipótese.

Os problemas enfrentados pela Forgs em Porto Alegre, e especialmente a vinda das duas caravanas de dirigentes, uma vinculada ao MTIC e a outra à Forgs e à LEP, levaram os próprios sindicatos a uma situação delicada, refletida, por exemplo, em deliberação de assembléia do Sindicato de Empregados em Hotéis, Bares e Restaurantes, pelo “completo alheamento na luta existente entre a caravana de sindicalistas e a atual direção da Federação” (OPINIÃO PÚBLICA, 6/9/1934), enquanto reafirmava que não havia lugar para discussões de natureza partidária em seu interior, o que estava de acordo com as leis vigentes. Mas ela era uma associação de linha proletária, sendo sua liderança Ildefredo Avendano, comunista, dirigente da Frente Sindical e membro do Comitê Municipal da LEP. Mesmo assim, a resolução foi de neutralidade na disputa, o que significava claramente não apoiar a direção da federação, à qual estavam filiados e da qual haviam participado do último congresso. O não- posicionamento a favor da Forgs reforça a suspeita da imbricação do processo político-eleitoral na efetivação das deliberações votadas pelo congresso de maio de 1934.

Conclusão

A implantação da estrutura sindical oficial foi o grande fator delimitante da atuação do movimento operário nessa década. Os males advindos do atrelamento sindical se fizeram sentir precocemente, dando início a uma desestabilização interna do movimento, que, de um centro interno, baseado na potencial expressividade do conjunto numérico do operariado e na sua capacidade de luta, vai passar a reagir e atuar em função de um centro externo: o Estado, seu poder de legislação e coação, tanto sobre sindicalistas quanto sobre patrões.

A atividade repressiva e normativa do Estado já era uma constante no movimento, embora agora se apresentasse de maneira completamente diferente, dando novas bases ao movimento sindical. O grande problema é que essa nova forma implicava também o desenvolvimento de uma faceta até então pouco aproveitada pelos governantes: a atração aos sindicalistas, não com promessas e benefícios extra-sindicais, mas a partir da própria consolidação da estrutura sindical. Isso vai gerar novos atores, como a Igreja Católica e seus Círculos Operários, com a sindicalização estendendo-se a setores tradicionalmente passivos, e possibilitar o surgimento de um novo tipo de sindicalista, mais sensível à negociação com o governo e buscando, no amparo da lei, a resolução dos problemas coletivos, além de, em alguns casos, buscar resolver, dentro do sindicato, seus interesses individuais. Essa nova situação desarmou em parte os militantes de tipo tradicional, formados durante o período anterior e iludiu os recém-chegados.

As frentes sindicais criadas numa expectativa de colaboração entre governo e sindicalistas, só puderam manter-se enquanto essa perspectiva se manteve. Logo que a desilusão com as atitudes do Ministério começou a corroer as bases de apoio ministerial entre os sindicalistas, a situação se tornou muito tensa, com diversas posições aflorando. Dessa forma, a aparente harmonia, mesmo em cidades mais distantes do centro dos embates, como Pelotas e Rio Grande, se desfêz com as eleições de 1934, funcionando como o último episódio dessa disputa.

As disputas sindicais da Forgs e a concorrência pelo voto operário, a partir da criação da LEP em Porto Alegre, rapidamente se espalharam pelo interior, funcionando quase como um processo de exportação da crise para as demais cidades. A vida sindical em Pelotas e Rio Grande era, pelas próprias características das cidades, menos movimentada que Porto Alegre e nelas se buscava trabalhar pelo consenso, que foi praticamente implodido com esses eventos.

Entretanto, não se pense que as duas Frentes desapareceram apenas devido à evolução e às seqüelas da posição da Forgs. Na verdade, as sementes da discórdia já estavam presentes desde o início, pois, nas duas cidades, a grande luta dos anos 30 era em relação à interferência da Igreja e dos setores que queriam apenas se beneficiar das novas condições garantidas pelo governo, como a deputação classista. Essa era uma situação nova para os sindicalistas, que não tinham experiência sobre o assunto e que ainda viam esses setores ser contemplados com o apoio do governo, enquanto eles eram penalizados em suas tentativas de organização minimamente conseqüentes.

Com o fim da Frente Sindicalista Pelotense e com a neutralização da ação da Forgs, em Porto Alegre, abriu-se um novo período de atuação, marcado por uma repressão mais feroz e agora não tão seletiva quanto antes, vitimando outras correntes que não apenas os comunistas, o que incentivou a necessidade de união.

Ainda em termos do movimento sindical em Pelotas, nota-se que houve uma nítida preponderância das posições vinculadas a um sindicalismo independente no movimento, ante as propostas encaminhadas pela Igreja e vinculadas ao Círculo Operário. As propostas do círculo só conseguiram ter expressão entre a base operária no momento inicial, em que ainda havia um certo deslumbramento com as promessas do governo, representadas pela legislação sindical. Conforme a conjuntura evoluiu e conforme se acirraram os conflitos, ficando clara a posição do governo de contemporizar com os patrões, ocorreu uma perda de espaço por parte dessas propostas, com o conseqüente avanço dos setores mais radicais, seja comunistas ou autônomos, o que provocou, concomitantemente, o reforço da repressão sobre os órgãos sindicais e os sindicalistas. Na continuidade desse processo, entidades são reforçadas (Usep) na cidade e ainda há um último esforço, de militantes políticos e sindicalistas nos duros anos de 1935 a 1937, cada vez mais condenados ao insucesso, diante do acirramento da conjuntura e do fechamento político. Mas isso já é outra história.

Notas

¹ Originalmente, parte integrante da tese da autora, como fração do capítulo 9 (LONER, 1999), ainda inédito.

² “Visando ao reerguimento da Forgs [...] como expressão do movimento operário, organiza essa entidade [a 1ª Regional do Trabalho] na capital gaúcha, o “Congresso Trabalhista” nos dias 3, 4 e 5 de fevereiro de 1933. (MACHADO, 1983, p. 114).

³ Segundo BARRETO (1996), essas Frentes foram escolhidas porque eram reconhecidas pelos oponentes como semelhantes a eles, tendo legitimidade para mediar o conflito. “Reforça a situação, serem de cidades que reuniam os sindicatos oficializados pelo MTIC, estarem obrigatoriamente distantes do foco geográfico (Porto Alegre), fora da abrangência dos conflitos (a representação estadual), além de serem um dos centros de atenção e propaganda das discussões, ao lado dos sindicalistas da capital.” (p. 148).

⁴ O problema com a SUO foi originado quando essa proibiu que um funcionário do MTIC, encarregado da identificação dos operários para as carteiras profissionais, pudesse trabalhar dentro da sede. A Frente protestou, porque considerava que, como pagava aluguel, bem como os sindicatos, fazia parte do acordo receber o identificador. No calor dos debates, alguns sindicatos se posicionaram contra a SUO, querendo que a Frente transferisse sua sede daquela entidade, posição confrontada por Pinho, que a defendeu e exigiu que os sindicatos e a Frente Sindicalista pedissem desculpas à SUO. Embora a questão que originou a contenda parecia ser menor, ela tinha como fundo a interferência da União Operária na vida cotidiana da Frente.

⁵ A liga foi a entidade mais importante no contexto pelotense anterior a 30. (LONER, 2000). Quanto ao episódio citado, pode ser acompanhado pelos jornais diários da época ou em Loner (1999).

⁶ “[...] em pouco mais de três anos, surgiram 14 entidades em todo o Rio Grande do Sul, revelando a rapidez e também a facilidade para que fossem fundados Círculos Operários (em menos de três meses, Brentano fundou o Copa).” (BARRETO, 1995, p. 39).

⁷ No Congresso de fevereiro de 1933, ela estava representando 16 sindicatos, só faltando da relação acima o sindicato dos *chauffeurs*, do qual, entretanto, foi um dos seus fundadores. Os dados sobre os sindicatos representados pela FSP tiveram como fonte o *Correio do Povo* de 4/2/33, citado em Petersen; Lucas (1992, p. 347-348). Contudo, ali era colocada a União dos Marítimos, sindicato não-encontrado, havendo o Sindicato dos Marítimos em Pequena Cabotagem, que era filiado à FSP e que devia ser o sindicato por essa representado.

⁸ BARRETO (1996, p. 134-135) discrimina o caso dos sindicatos de trabalhadores em barracas e carpinteiros, em que foram reconhecidos aqueles vinculados ao COP, inviabilizando o processo de formação desses sindicatos por setores vinculados à FSP e conclui: “Mais do que uma diferença percebida pela Frente, o circulismo estava sendo um dificultador da ação da entidade supra-sindical.” Contudo, deve haver um engano quanto ao Sindicato dos Trabalhadores em Barracas, pois o sindicato existente era filiado à FSP e não ao COP e, segundo seus próprios dados

(p. 154), só foi reconhecido pelo MTIC em 15/5/1933.

⁹ Veja-se *Opinião Pública*, de 28/8/1932 e de 30 de dezembro do mesmo ano.

¹⁰ Esse dado foi retirado de informação da FSP ao jornal *Opinião Pública*, de 3/11/33. Entretanto, pelos dados do Boletim do MTIC, n. 16, de dezembro de 1935, ela só teria oito sindicatos reconhecidos pelo Ministério. Provavelmente a FSP colocou, para fins de propaganda, todos seus filiados como reconhecidos pelo MTIC.

¹¹ Para tratar da extensão e das consequências, para o movimento sindical gaúcho, da orientação da Forgs de independência em relação ao ministério, remetem-se os leitores aos trabalhos de Barreto, Machado e Lucas, anteriormente citados. Interessa aqui saber que a sua discussão constituiu o eixo do Congresso Operário de maio de 1934, sendo aprovada, pelo menos em tese, pelos

sindicatos da região de Pelotas e Rio Grande presentes.

¹² Os discursos seriam pronunciados por Agostinho de Carvalho e José de Almeida Lopes, sendo o conteúdo do primeiro mais agressivo, e do segundo, mais conciliador, embora não deixasse de cobrar o cumprimento das leis sociais. Essa divisão deveria representar as posições diferenciadas dentro da Frente, já mencionadas anteriormente. (O PROLETÁRIO, 10/3/1934).

¹³ Era uma dissidência do Partido Socialista Brasileiro, o qual tinha uma proposta de trabalho parlamentar, com os deputados classistas constituintes.

¹⁴ O grupo autônomo não divulgou as palestras da LEP, nem se empenhou em conseguir local para suas reuniões. (BARRETO, 1996, p. 227).

¹⁵ Ele escrevia 20 anos depois do episódio, e sua narrativa apresentou algumas confusões em outros aspectos.

Referências

- BARRETO, Álvaro. *Propostas e contradições dos Círculos Operários*. Pelotas: Ed. da UFPel, 1995.
- _____. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: A Forgs e os Círculos Operários (1932-1935)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1996.
- _____; SANTOS, Rita. A participação eleitoral operária no pleito de 1935 em Pelotas. *Cadernos do ISP*, n. 8, p. 5-38, 1996.
- FORTES, Alexandre. *Buscando os nossos direitos...: trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, São Paulo, 1994.
- LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2000.
- _____. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999. v. 2.
- LUCAS, Maria Elisabeth. *A Forgs e o movimento operário gaúcho no período de 1931-1935*. 1978. Monografia (Bacharelado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1978.
- MACHADO, Carmen. *O movimento operário e sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937*. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1983.
- PETERSEN, Silvia; LUCAS, M. Elisabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1989.
- Livro de atas da Frente Sindicalista de Rio Grande de 1933 a 1934.
- Livro de Atas de Assembléia da Sociedade União Operária, de 1929 a 1959.